

JORNAL DO BRASIL

O poder 9 OUT 1988

Congresso desassistido

■ Como pode ser eficiente um Legislativo sem computadores e assessorado por parentes?

Teresa Cardoso

BRASÍLIA — Mal começaram os trabalhos da Constituinte, em fevereiro do ano passado, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) instalou no seu apartamento da superquadra 302 Norte um terminal de computador, um telex, duas máquinas de escrever e um arquivo. Em seguida, trouxe o assessor parlamentar da UDR, Fábio Sabóia, para prestar-lhe auxílio em regime integral, complementando com a consultoria da Fiesp. Fiúza diz que essas providências foram essenciais para seu trabalho como principal líder do Centrão, mas o que isso de fato reflete é o desaparelhamento da Câmara dos Deputados, com seus 7 mil 159 servidores, para trabalhar com eficiência.

E agora, quando a Constituinte ampliou de oito para nove meses o ano legislativo e jogou competências exclusivas nas costas do Congresso, além de dez tarefas legislativas inéditas, sem contar as atribuições com prazo fixado, esse Poder tem tudo para entrar em pânico.

A Resolução nº 115, aprovada há quatro anos para criar o Centro de Processamento de Dados da Câmara dos Deputados, jamais foi cumprida, e o convênio de prestação de serviço assinado em 1980 com o Prodases (Serviço de Computação do Senado) é até hoje desconhecido da maioria dos deputados. "Como é que uma Casa que ainda não está informatizada pode prestar bons serviços ao país?", pergunta o deputado Paulo Mincaroni, segundo-vice-presidente da Casa.

Ele diz que, para fazer um simples banco de dados com endereços do eleitorado, o parlamentar tem que contratar um profissional liberal, que deve entrar na fila do Prodases para conseguir um horário de computador. Assim como Fiúza pede pesquisas e dados econômicos à Fiesp, o deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ) freqüentemente recorre à Fundação Getúlio Vargas, da qual é professor. O ex-ministro da Fazenda não dispensa também a assessoria informal de dois amigos inseparáveis — Luiz Romero Patury, ex-secretário da Receita Federal, e Luis Carlos Piva, ex-procurador da Fazenda.

Delfim Neto (PDS-SP) recorre sempre a amigos, entre eles Sérgio Faria Lemos, Flávio Pécora e Paulo Yacotta. Tutu Quadros (PSDB-SP) não faz um projeto de lei sem telefonar antes para o advogado Péricles Prade e para seu amigo de infância Lawrence Phy, dono do Moinho Pacifico. Afif Domingos (PL-SP) se vale freqüentemente da Federação do Comércio de São Paulo e Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) não faz nada sem ouvir o jurista Josaphat Marinho, conselheiro da Empresa Norberto Odebrecht. O deputado Basílio Vilani (PTB-PR) trouxe de Curitiba um técnico de computação do Bamérindus, banco do qual é diretor licenciado. A providência serviu para o deputado Paiva Muniz (PTB-RJ) louvá-lo como candidato à secretaria-geral do PTB: "É bom eleger o Basílio porque aquele banco dele arranja tudo."

Apesar de ter assessores habilitados, a Câmara não está aparelhada para atender aos deputados. O diretor da Assembleia Legislativa, Neuber Ribas, afirma que o pessoal especializado é qualificado, mas insuficiente para atender a todos os pedidos de deputados. De fato, de 7 mil 159 funcionários, só 40 são assessores voltados para o trabalho de elaboração legislativa. Há dois anos, a Câmara aprovou uma resolução permitindo a realização de concurso para a contratação de mais 40 desses profissionais, mas até agora Ulysses Guimarães não quis executá-la. Mal o projeto de Constituição ficou pronto, 183 pedidos de elaboração de projetos já foram solicitados por deputados, mas a assessoria legislativa não terá condições de prepará-los em tempo.

O Congresso é o único culpado por ter funcionários em excesso para os seus 240 mil metros quadrados de área, mas desqualificados para exercer suas funções. Toda vez que uma norma legal autoriza os parlamentares a contratarem pessoal, eles recrutam seus familiares, geralmente sem a qualificação necessária. Um exemplo de parlamentar cujo gabinete tem vários funcionários com seu sobrenome é Osmundo Rebouças (PMDB-CE): em sua assessoria trabalham a esposa e a irmã. Enquanto se amontoam pelos gabinetes servidores contratados sem concurso, a maioria dos deputados é obrigada a encomendar projetos fora da Casa, porque os assessores legislativos que deviam servi-los estão sobrecarregados de trabalho.

No Senado, a situação é diferente. Com oito mil funcionários, dos quais 153 são assessores concursados, a Casa dispõe também do Prodases, cujos bancos de dados são acessíveis a qualquer gabinete. Mas, enquanto há espaço nos gabinetes para os parentes e amigos contratados pelos senadores, os técnicos concursados ficam pelos corredores, sem ter sequer mesas. E eles têm demonstrado que gostam de ação. Nas comissões especiais e parlamentares de inquérito, são peças-chaves no desenvolvimento dos trabalhos e, atualmente, estão elaborando o projeto de regimento interno que fará o Senado funcionar de acordo com a nova Constituição.